

**DO SENSO COMUM À CONSCIÊNCIA FILOSÓFICA DA PRÁXIS
REVOLUCIONÁRIA: POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO
FÍSICA NA ESCOLA**

Gabriel Marques - UFRJ

Sandro Justo - UFF

RESUMO

Sob a ótica marxiana, o processo dialético de compreensão crítica da realidade tem como ponto de partida uma visão fragmentada e caótica das relações sociais. Nossa consciência é construída a partir de nossas relações concretas com o real. Porém, o real, à primeira vista, sempre nos aparece de forma difusa. Esse primeiro contato com a realidade, ao mesmo tempo em que deve ser superado, também deve ser tomado como o ponto de partida para sua superação, já que só podemos alcançar um *concreto pensado* se partirmos dialeticamente de um *concreto caótico*. Antonio Gramsci seguiu este pensamento ao compreender que a base para a construção de uma consciência filosófica da classe trabalhadora deveria ser a sua *filosofia espontânea*, suas visões de mundo ainda confusas e sincréticas, ou seja, seu *senso comum*. Nessa relação contraditória entre senso comum e consciência filosófica, Gramsci, em seus *Cadernos do Cárcere*, deixa claro que não se trata de uma filosofia qualquer a ser construída, mas sim de uma filosofia da práxis. Ainda, levando-se em conta o papel histórico do proletariado na luta de classes sob os domínios do capital, deixa claro também que não se trata de uma práxis qualquer e sim de uma práxis revolucionária.

O presente trabalho apresenta reflexões preliminares acerca das possíveis contribuições que a Educação Física enquanto componente curricular da Educação Básica pode fornecer para a formação de uma nova consciência, de uma nova hegemonia, de uma nova filosofia da classe trabalhadora. Partimos da compreensão de que estão presentes nas práticas pedagógicas opções políticas, com possibilidades de construção de uma contra-hegemonia e configurando um espaço fundamental e pertinente da luta de classes. Realizamos discussões teóricas a partir dos conceitos, formulações e concepções marxistas, tomando como ponto de partida a obra *Cadernos do Cárcere*, de Antonio Gramsci, e dialogando com autores como Sánchez Vázquez, Karl Marx e Friedrich Engels. Nosso objetivo é ampliar debates acerca do ensino de

Educação Física pautado pela perspectiva crítico-superadora. Para alcançarmos nosso objetivo, dividimos o trabalho em três partes: no primeiro momento revisitamos a categoria de senso comum analisada por Gramsci, buscando compreender o seu lugar na construção de uma filosofia da classe trabalhadora. Em seguida, retomamos o significado político de filosofia da práxis, enfatizando seu caráter revolucionário e necessário na ordem do dia. Por fim, tomando como base as apreensões desenvolvidas *a priori*, discutimos os desafios e as reais possibilidades de intervenção do professor de Educação Física amparado pelo viés marxista e as maneiras pelas quais o mesmo pode contribuir para a formação de uma consciência filosófica revolucionária, que tenha como meta a construção coletiva de uma filosofia hegemônica da classe trabalhadora. Como resultados parciais, reconhecemos a importância de buscarmos alternativas político-pedagógicas da Educação Física na escola a partir da reflexão histórico-crítica sobre a cultura corporal, contrapondo-se aos modelos hegemônicos que conservam a ordem vigente. Porém, nesta busca, não podemos deixar de tomar como base o percurso dialético marxista que tem como ponto de partida o senso comum da classe trabalhadora e como meta a construção, por parte da mesma, de uma consciência filosófica revolucionária.

SENSO COMUM

Conforme os pensamentos de Paulo Freire, educar é um ato político. Assim, podemos dizer que toda prática pedagógica, de forma consciente ou não, é realizada com alguma intencionalidade, ou seja, a partir de alguma tomada de decisão acerca das questões sociais envolvidas no ato de educar. Este posicionamento ideológico do educador, fundamental e inevitável, se materializa em sua prática e traz consigo o projeto histórico ao qual está atrelada sua proposta pedagógica. É importante compreendermos esta relação entre política e educação pelo fato de que neste trabalho ela será nosso fio condutor, nosso norte de análise, e o será não de forma inconscientemente ingênua mas de forma conscientemente crítica. Também não trataremos de qualquer crítica, mas sim uma crítica marxista, uma crítica que tenha como horizonte a superação estrutural da sociedade capitalista por uma sociedade sem classes. Neste viés, compreendemos que o professor possui um papel fundamental na elevação da consciência da classe trabalhadora para além do senso comum, para a construção de uma consciência filosófica da práxis, práxis esta no sentido

revolucionário do termo atribuído por Marx e desenvolvido posteriormente por intelectuais marxistas, em especial Antonio Gramsci. Assim sendo, o processo de superação do senso comum por uma consciência filosófica da práxis revolucionária será a nossa base político-pedagógica a partir de agora.

Gramsci foi exemplarmente dialético ao analisar o lugar do senso comum na construção de uma nova filosofia da classe trabalhadora. A superação dialética de uma determinada realidade, sob os olhos do marxismo, pode ser compreendida por três passos indissociáveis: a negação, a negação da negação e a superação. E foi a partir deste processo dialético que Gramsci visualizou a relevância do senso comum na elevação da consciência crítica popular, pois, para o intelectual italiano, só se pode superar o senso comum se ao mesmo tempo o negarmos e negarmos a sua negação. Ou seja, se paralelamente anularmos a concepção de mundo ingênua e ocasional do senso comum e negarmos essa anulação, tendo em vista que o senso comum é base de qualquer construção filosófica popular mais elevada. Para Gramsci (2006), todo senso comum possui um “núcleo sadio”, chamado de bom senso e este “merece ser desenvolvido e transformado em algo unitário e coerente” (p. 98). Porém, o que é o senso comum sob a ótica gramsciana?

Em seus *Cadernos do Cárcere*, mais especificamente no *Caderno 11*, Gramsci nos chama atenção para a necessidade de rompermos com o velho preconceito de que a filosofia é uma atividade intelectual própria de uma determinada categoria de filósofos profissionais e sistemáticos (GRAMSCI, 2006). Para o autor, todos os homens são filósofos e têm a capacidade de filosofar, já que todos carregam em si certas concepções de mundo diretamente influenciadas pelas condições materiais a que estão submetidos. Ademais, Gramsci (2006) também ressalta que, ao considerarmos que todos os homens são filósofos, é necessário definir os limites desta *filosofia espontânea*, comum a todas as pessoas e que está contida no senso comum junto ao seu *núcleo sadio*, o bom senso. Portanto, como expressão de uma *filosofia vulgar*, senso comum pode ser definido como:

[...] a concepção do mundo absorvida acriticamente pelos vários ambientes sociais e culturais nos quais se desenvolve a individualidade moral do homem médio. O senso comum não é uma concepção única, idêntica no tempo e no espaço: é o “folclore” da filosofia e, como o folclore, apresenta-se em inumeráveis formas; seu traço fundamental e mais característico é o de ser uma concepção (inclusive nos cérebros individuais) desagregada, incoerente,

inconseqüente, conforme a posição social e cultural das multidões das quais ela é a filosofia. (GRAMSCI, 2006: 114)

Marx e Engels (2007), n' *A Ideologia Alemã*, disseram que nossa consciência é a nossa relação com o ambiente que nos cerca. Porém, como assinalou Kosik (2010), nosso primeiro contato com a realidade é sempre prático-utilitário e é a partir deste contato primário que começamos a formular no plano da consciência nossas concepções de mundo, sendo o senso comum o “produto imediato da sensação bruta” (GRAMSCI, 2006: 115), ou seja, uma interpretação da realidade ainda carente de formulações teóricas mais elaboradas. Podemos compreender o conceito de senso comum relacionando-o com o que Marx chamou de *concreto caótico*, uma visão do movimento do real na qual ainda não conseguimos enxergar com clareza as múltiplas determinações que formam a totalidade concreta, inclusive determinações provenientes de nossas próprias ações enquanto sujeitos históricos. Assim, o homem que compreende a realidade a partir do senso comum a compreende tendo como base uma visão parcial não somente desta, mas também uma visão parcial e confusa de sua própria intervenção na realidade. O “homem-comum” não consegue enxergar a significação social e histórica das coisas e acaba separando o objeto prático, as ações práticas, de seus sujeitos; o “homem-comum” não compreende o prático como objeto teórico humano e, assim, acaba por separar em cantos opostos teoria e prática. “O homem ativo de massa atua praticamente, mas não tem uma clara consciência teórica desta sua ação” (GRAMSCI, 2006: 103) e, portanto, a ação humana sustentada no senso comum jamais poderá ser revolucionária.

Podemos afirmar, sem sombra de dúvidas, que Gramsci não se deteve somente em fornecer explicações teóricas para o significado de senso comum. O intelectual foi adiante, quis compreender o significado prático e concreto desta *filosofia espontânea* das massas populares dentro do contexto da luta de classes. Somente através desta análise materialista histórica é que Gramsci conseguiu apreender o senso comum como a pluralidade de concepções de mundo capaz de garantir a dominação de uma classe dirigente, capaz de naturalizar a ordem social vigente. Tal quadro possibilita que os subalternos enxerguem a ideologia dominante como uma verdade naturalizada, incontestável e estejam em conformidade com o projeto societário no qual estão inseridos. Portanto, é correto dizer que o senso comum está intimamente ligado às relações político-econômicas de dado período histórico, pois é produto destas ao mesmo

tempo em que as legitima. Entretanto, se Gramsci sinaliza todo este caráter negativo do senso comum, enfatizando a necessidade da classe trabalhadora superar esta concepção de mundo ingênua e acrítica, também faz questão de considerar dialeticamente a negação desta negatividade, ou seja, seu caráter positivo, o seu *núcleo sadio* fundamental na construção de uma consciência filosófica de acordo com os interesses de classe do proletariado: o bom senso.

Gramsci (2006) escreveu que a filosofia como crítica superadora do senso comum coincide com o bom senso que, por sua vez, seria o contraponto do senso comum. Compreende-se então que este *núcleo sadio* que Gramsci chamou de bom senso, ao mesmo tempo em que é constituído por uma *filosofia espontânea* das massas populares também é a *mola propulsora* que permite, a partir do senso comum, a construção de uma filosofia crítica. Senso comum e bom senso são dois opostos que ao mesmo tempo se identificam e se opõem. São dois conceitos que, apesar de estarem relacionados com uma concepção parcial e fragmentada da realidade, caminham em direções distintas. Enquanto o primeiro se limita a enxergar o concreto ainda de forma caótica; o segundo, inquieto e desconfiado, cisma em não se contentar com esta visão, buscando abrir caminho para a indagação, para a superação do caótico pelo pensado. É por isso que Gramsci (2006) diz que só podemos construir uma crítica ao senso comum se o tomarmos como base para “demonstrar que ‘todos’ são filósofos e que não se trata de introduzir *ex novo* uma ciência na vida individual de ‘todos’, mas de inovar e tornar ‘crítica’ uma atividade já existente” (GRAMSCI, 2006: 101). Se há possibilidade de construir uma filosofia crítica a partir do senso comum, é porque este realmente possui dialeticamente um *núcleo sadio*, um bom senso que deve ser desenvolvido potencialmente.

Depreendemos, portanto, que Gramsci analisou o senso comum como concepção de mundo a ser superada e como concepção de mundo a ser tomada como base nesta superação, já que nele podemos visualizar um *núcleo sadio*. Para Gramsci, se existe um ponto de partida para a construção de uma consciência filosófica da práxis, este ponto é o senso comum, mais precisamente o desenvolvimento de seu bom senso; assim como para Marx, se há um ponto de partida para chegarmos ao concreto pensado, este ponto é o concreto caótico. A construção de uma filosofia norteadada pelos interesses revolucionários da classe trabalhadora só pode ter início nela mesma, nas concepções de mundo presentes nas massas populares e que ainda se encontram difusas e acríticas, ou seja, no senso comum destas massas.

MAS AFINAL, O QUE SERIA PRÁXIS?

Terminologicamente, práxis transcreve um termo grego empregado na Antiguidade que designava a ação propriamente dita. Adolfo Sánchez Vásquez (2007) apresenta a utilização do termo para designar atividade consciente objetiva, superando o caráter utilitário que o significado *prático* apresenta na linguagem comum. Com isso, a práxis é localizada centralmente numa filosofia que não apenas interprete o mundo, mas que atue enquanto elemento do processo de transformação. O marxismo – ao aprofundar o vínculo entre a teoria e a práxis real e ao negar, absorver e superar o materialismo tradicional e o idealismo alemão – é a filosofia a qual se refere Sánchez Vásquez.

Enquanto toda práxis é uma atividade, não necessariamente qualquer atividade é práxis. Os produtos ou resultados das atividades podem ocorrer em variados níveis, como a criação de novas partículas, conceitos, instrumentos, obras artísticas ou sistemas sociais. Atividades biológicas ou instintivas, que não ultrapassam o nível simplesmente natural dos seres humanos, não são consideradas especificamente humanas. A consideração de uma atividade singularmente humana passa pela verificação de que os atos dirigidos para a transformação de um objeto se iniciam por meio de um resultado ideal – ou fim – e são finalizados por um produto efetivo, – ou real – havendo, portanto, uma determinação vinda do futuro. Percebemos uma questão fundamental para caracterizar a atividade especificamente humana: a de que esta possui um caráter consciente, pois ao resultado real que se deseja obter está antecipado um resultado ideal, permitindo que o homem estabeleça uma relação de interioridade com seus diferentes atos e com seu produto, todavia limitado pelo objeto da ação e pelos mecanismos com os quais é realizada a materialização do fim. É importante mencionar que a atividade da consciência, vinculada a toda e qualquer verdadeira atividade humana, nos é apresentada unindo intimamente a elaboração de fins e a produção de conhecimentos. Indissolavelmente unificadas estão: a atividade cognoscitiva (referente à realidade presente que se pretende conhecer), ao requerer o conhecimento do objeto, dos meios e instrumentos para a transformação; e a atividade teleológica (referente à realidade futura, inexistente ainda), não limitada a desejos e sonhos, mas acompanhada de uma vontade de realização (SÁNCHEZ VÁSQUEZ, 2007).

O sujeito, ao agir sobre uma matéria existente de maneira independente de sua consciência e das diferentes operações e manipulações necessárias para sua transformação, consubstancia a atividade prática, cujo produto da atividade

transformadora do homem, após sofrer uma série de atos físicos e corpóreos, é um objeto material que passa a existir independentemente do processo de sua gestação, adquirindo uma substantividade própria e se afirmando diante de seu criador, ou seja, independente da atividade subjetiva. É a atividade prática, por meio de objetos como a natureza, a sociedade ou os homens reais, quem efetiva o resultado de uma nova realidade, já que a simples atividade subjetiva ou simplesmente espiritual não é considerada práxis (SÁNCHEZ VÁSQUEZ, 2007).

Adolfo Sánchez Vásquez (2007) explicita algumas importantes formas de práxis, a saber, produtiva, experimental, artística e política. A primeira está relacionada com a transformação da natureza, onde é vencida a resistência de matérias e forças naturais, criando um mundo de objetos úteis para satisfazer as necessidades dos seres humanos. Há uma divisão relativa entre condições objetivas – vinculadas à atividade do trabalhador – e subjetivas – relacionadas ao objeto do trabalho e meios ou instrumentos utilizados. Uma terceira e não menos importante questão intrínseca à práxis produtiva é o caráter de atividade pessoal adequada a um fim. A conjunção desse item às condições objetivas e subjetivas demonstra que o homem se produz, forma e transforma a si mesmo, materializando um mundo humano ou humanizado, ou seja, um mundo de objetos que satisfazem suas necessidades e estes só podem ser feitos possuindo plasmados fios e projetos humanos.

A práxis artística – entendendo a arte não como mera produção material nem pura produção espiritual – desencadeia a criação de objetos que elevam a capacidade de expressão e objetivação humanas a um grau superior, revelado nos produtos do trabalho. A práxis experimental colabora para impulsionar o desenvolvimento de uma teoria, na ciência. Como não é privativa desta, em outros campos de experimentação – como o artístico, o educativo, o econômico ou o social – contribui para o desenvolvimento de uma práxis correspondente, de uma maneira direta e imediata.

A práxis política ocorre quando o homem atua sobre si mesmo, ou seja, o homem atua concomitantemente como sujeito e objeto. É importante nos atermos com cuidado e atenção nesse tipo de práxis, visto que identifica o poder enquanto instrumento de importância elementar para a transformação da sociedade, diagnosticando que “nas condições da sociedade dividida em classes antagônicas, a política compreende a luta de classes pelo poder e a direção e estruturação da sociedade, de acordo com os interesses e fins correspondentes” (SÁNCHEZ VÁSQUEZ, 2007: 231). Estão contidos aqui elementos de fecunda relevância para a organização da classe

trabalhadora no seio da sociedade capitalista. Esse tipo de práxis exige a participação de amplos setores da sociedade, aproximando-se ou distanciando-se de fins correspondentes aos interesses radicais das classes sociais. Para evitar o fracasso, é necessário que a luta ocorra de maneira consciente, organizada e dirigida, explicando a necessidade da existência dos partidos políticos. A forma mais alta a ser alcançada na práxis política é a práxis revolucionária, como etapa superior da transformação prática da sociedade. É o proletariado o agente protagonista da mudança das bases econômicas e sociais sobre as quais está erguido o poder da burguesia.

Vale destacar que não é possível ignorarmos o papel da atividade teórica, que somente existe por e em relação com a prática. A atividade teórica é distinta da prática por seu objeto, fins, meios e resultados. Seu fim imediato é elaborar ou transformar idealmente uma matéria-prima, proporcionando um conhecimento para a transformação da realidade ou antecipando idealmente tal transformação. De maneira sintética, a atividade teórica auxilia para que mudemos nossas idéias sobre o mundo, porém não modifica realmente esse mundo (SÁNCHEZ VÁSQUEZ, 2007).

Acerca das relações entre filosofia e práxis, interessa-nos corroborar as palavras do próprio autor ao qual nos referimos

A nosso ver, a filosofia, seja como interpretação do mundo, seja como instrumento teórico de sua transformação, é em si, de um modo direto e imediato, práxis. A filosofia marxista, sendo necessariamente uma interpretação científica do mundo, corresponde a necessidades práticas humanas; expressa, por sua vez, uma prática existente e, por outro lado, aspira conscientemente a ser guia de uma práxis revolucionária. Com isso se enfatiza a função ideológica e social de uma filosofia que só pode ser prática no momento em que exclui a utopia e transcende seus elementos puramente ideológicos para ser ciência (SÁNCHEZ VÁSQUEZ, 2007: 235)

Para uma teoria ser prática, precisa consubstanciar por meio de diversas mediações o que só existia no plano ideal anteriormente, seja como conhecimento da realidade seja como antecipação ideal de sua transformação. Em si, a teoria não muda o mundo; entretanto, enquanto tal, contribui para transformá-lo. Apesar de insuficiente, é devidamente necessária a condição de existência da teoria para ocorrer a transição para a prática. Com isso, uma filosofia atrelada à prática, que deseja de maneira consciente sua realização, precisa possuir ricos conteúdos propriamente teóricos. Contudo, sob a ótica do marxismo, teoria e prática devem estar unidas e fundidas mutuamente numa direção muito bem definida: a superação estrutural do capitalismo. Não se trata,

portanto, de qualquer atividade transformadora, de qualquer práxis, e sim de uma práxis revolucionária que tem como horizonte histórico o fim da sociedade de classes. Marx e Engels analisaram as leis que regem o modo de produção capitalista justamente a serviço desta práxis revolucionária e é sobre ela que Gramsci se debruçou durante toda a sua obra, principalmente em seus *Cadernos do Cárcere*. Ao passo que é importante frisarmos, conforme os pensamentos de Gramsci, que o ponto de partida para a construção de uma filosofia da práxis da classe trabalhadora deve ser seu senso comum, também é importante ressaltarmos que esta práxis possui seu caráter revolucionário nos pilares da luta comunista. Assim, podemos compreender que teoria e prática se complementam dialeticamente no pensamento marxista com o objetivo de revolucionar a estrutura social atual, destruindo-a pela construção de uma nova ordem. Do senso comum à consciência filosófica da práxis revolucionária deve ser o caminho político-pedagógico que todo professor, referenciado no marxismo, deve percorrer junto aos seus alunos, com o objetivo de fornecer-lhes subsídios teóricos para uma intervenção prática, consciente e transformadora na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: POSSIBILIDADES E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

De maneira simplista, os Parâmetros Curriculares Nacionais apontam que a presença da Educação Física na escola pode contribuir para a formação básica do cidadão, que desenvolva a capacidade de aprender; que compreenda a fundamentação da sociedade em seus valores e aspectos tecnológicos, artísticos, políticos e sociais; e que adquira conhecimentos e habilidades, formando atitudes e valores (BRASIL, 1998). Apesar de algumas considerações relevantes desse documento, como a percepção enquanto integrante e agente transformador do ambiente e questionamento à realidade dentre os objetivos, ficam algumas indagações importantes. Dentro de um sistema dividido por classes antagônicas, qual modelo de *cidadão* a ordem vigente defende que formemos? Podemos chegar a qual o nível da compreensão da fundamentação da sociedade? E a quem servem os conhecimentos e habilidades, valores e atitudes adquiridos pelos estudantes? Tais questões forjam que situemos a Educação na realidade concreta da divisão social do trabalho, ou seja, que levemos em consideração a existência da propriedade privada dos meios de produção e da exploração da força de

trabalho alheia para extração de mais-valia, características essenciais da lógica capitalista.

É justamente imersa nessa lógica que precisamos localizar quais seriam as possíveis contribuições de uma perspectiva marxista de educação física escolar na construção de uma filosofia revolucionária por parte da classe trabalhadora. Toda prática pedagógica está, conscientemente ou não, ligada a um projeto histórico. Assim, baseando-se no projeto de superação da sociedade capitalista, a educação física escolar deve ter como principal objetivo contribuir para a formação de uma filosofia da classe trabalhadora consciente de seu papel histórico na luta de classes, na construção de uma práxis política que, como diz Vásquez (2007), tem seu ponto de catarse na transformação prática da sociedade, na práxis revolucionária.

Ao tomarmos como ponto de apoio empírico a obra *Metodologia do Ensino da Educação Física* (1992), mais conhecida como *Coletivo de Autores*¹, compreendemos a educação física escolar como componente curricular que trata pedagogicamente dos elementos que formam a cultura corporal do homem (COLETIVO DE AUTORES, 1992), elementos estes que foram construídos historicamente com o objetivo de formar representações do mundo através das expressões corporais (jogos, esportes, danças, atividades rítmicas, lutas, ginásticas etc.). Porém, a educação física escolar, pautada na reflexão sobre a cultura corporal, não deve se limitar à mera vivência de seus elementos por parte de seus alunos (e o *Coletivo* deixa isso claro). É fundamental que em suas aulas os alunos também tenham a possibilidade de compreender como estes elementos são apropriados pela lógica capitalista. Este é um dos princípios curriculares preconizados pelo *Coletivo de Autores: a relevância social do conteúdo*. A partir deste princípio, os alunos poderão compreender melhor a realidade social em que vivem, seus determinantes histórico-sociais e, particularmente, sua condição de classe (COLETIVO DE AUTORES, 1992). Como dito anteriormente, o senso comum deve ser sempre o início de uma formulação teórico-crítica e, assim, é necessário que, nas aulas de

¹ Esta obra foi escrita no ano de 1992 por um coletivo de seis autores: Carmem Lúcia Soares, Celi Taffarel, Maria Varjal, Lino Castellani Filho, Micheli Ortega Escobar e Valter Bracht. A concepção pedagógica de educação física escolar presente no livro foi chamada pelos autores de crítico-superadora, concepção esta pautada na reflexão sobre a área denominada de cultura corporal. Nota-se na obra uma forte influência da pedagogia histórico-crítica de Saviani e da crítica marxista à sociedade burguesa, fazendo com que este livro se tornasse uma base metodológica e teórica para os professores que desejassem educar por este viés revolucionário. Assim, o Coletivo de Autores é conhecido como a “obra marxista” da educação física escolar.

educação física, os alunos tenham a possibilidade de expor suas compreensões iniciais acerca dos elementos da cultura corporal para que o professor tenha contato com elas. Uma possibilidade de ilustrar esta questão ocorre por meio do Esporte.

O senso comum atual nos mostra a credibilidade que o caráter fetichista do esporte tem no meio social. O esporte-espetáculo é visto como um cenário de batalha justa entre sujeitos heróicos, reforçando a identificação nacional com seus praticantes. O atleta, mitificado pelo princípio da competição, é utilizado como espelho, um exemplo a ser seguido, o modelo de homem ideal no mundo atual. Ao mesmo tempo, o esporte ganha a função e capacidade de solucionar diversos problemas sociais. Está presente também no senso comum o discurso de que o esporte inclui socialmente, tira os jovens das drogas e traz saúde para o povo. Estes dois elementos fetichizados – a competição esportiva como ilustração justa da competição social e o salvacionismo atribuído ao esporte – provavelmente encontram-se presentes no senso comum dos alunos. Cabe ao professor fornecer subsídios teóricos e práticos para que os alunos compreendam para quem serve realmente o valor competitivo do esporte-espetáculo e sob qual estrutura de precarização do serviço de políticas públicas o falso salvacionismo do esporte se encontra. Tais subsídios passam por aulas de Educação Física que transcendam o hegemonismo desportivista, que ressalta a meritocracia, o individualismo e a competição; assim como pela coerente utilização diversificada dos conteúdos da cultura corporal, avançando no nível de consciência e organização para o enfrentamento aos ditames do capital (MARQUES, 2009). Partindo-se do senso comum e fazendo com que seu *núcleo sadio*, o bom senso, se potencialize, é possível alcançar uma consciência filosófica mais elaborada.

Ao conseguirem refletir sobre a cultura corporal como uma construção histórica humana e compreender como a lógica do capital subsume diversos elementos desta cultura, os alunos podem visualizar-se como sujeitos históricos e podem apreender a necessidade coletiva de superar a ordem capitalista. Assim, refletir histórica e criticamente sobre a cultura corporal permite aos alunos se identificarem com os interesses revolucionários da classe, que nada possui além de sua força de trabalho para vender ao capital. Esta identidade “é condição objetiva para a construção de sua consciência de classe e para o seu engajamento deliberado na luta organizada pela transformação estrutural da sociedade e pela conquista da hegemonia popular” (COLETIVO DE AUTORES, 1992: 40)

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental. Educação Física. 1998.

COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do Ensino de Educação Física*. São Paulo: Cortez, 1992.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Volume 1: Introdução ao estudo da filosofia; a filosofia de Benedetto Croce. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

MARQUES, Gabriel Rodrigues Daumas. Educação Física na Escola Pública: entre os ditames da ordem vigente e as possibilidades de resistência. *Lecturas*, Buenos Aires, v. 14, n. 138, nov. 2009.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SÁNCHEZ VÁSQUEZ, Adolfo. *Filosofia da Práxis*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.